

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra 2 S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.**
Ibiapina – Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Adoção inicial do CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 Leases)

Ver Nota Explicativa nº 9 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>A Companhia mantém compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de terrenos onde encontram-se os parques eólicos.</p> <p>O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 – Leases), que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, requer o reconhecimento do ativo, assim como do passivo de arrendamento. Para reconhecimento e mensuração destes contratos, a Companhia exerce julgamento e utiliza premissas, tais como: i) determinação da taxa de desconto de cada contrato de arrendamento; ii) determinação dos prazos de cada contrato de arrendamento, o que inclui a avaliação sobre direitos de renovações e/ou rescisões antecipadas; iii) identificação dos componentes de arrendamento e daqueles que não são arrendamento dentro de um mesmo contrato.</p> <p>Devido a representatividade financeira dos contratos, ao julgamento necessário para determinação do prazo de arrendamento, e às incertezas relacionadas às premissas utilizadas no processo de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como pelo fato das variações das premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– O entendimento do desenho dos controles implementados pela Companhia para adoção do CPC 06 (R2).– A avaliação, com o auxílio de especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto utilizadas.– Para uma amostra dos contratos, comparamos os prazos de arrendamentos e valores considerados na mensuração desses contratos, bem como avaliamos se é razoavelmente certo que a Companhia exercerá renovações contratuais. Adicionalmente para essa mesma amostra avaliamos a segregação entre os componentes de arrendamento e daqueles que não são arrendamento dentro de um mesmo contrato.– Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras atendem aos requisitos da norma. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, bem como as divulgações efetuadas, no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de

distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 25 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	4	34.767	3.414	Fornecedores	8	1.761	1.460
Depósitos vinculados	6	2.773	2.407	Empréstimos e financiamentos	10	14.605	12.747
Contas a receber	5	656	433	Debêntures	10	4.402	-
Impostos a recuperar		55	222	Arrendamentos a pagar	9	971	-
Despesas antecipadas		976	103	Encargos tributários e trabalhistas	11	932	664
Outros ativos		38	53	Outras contas a pagar		11	20
Total do ativo circulante		39.265	6.632	Total do passivo circulante		22.682	14.891
Depósitos vinculados	6	11.739	8.330	Fornecedores	8	42.023	42.023
Depósitos judiciais		63	63	Empréstimos e financiamentos	10	194.599	182.468
Imobilizado	7	559.435	552.197	Debêntures	10	46.917	-
Intangível		102	18	Arrendamentos a pagar	9	23.989	-
Total do ativo não circulante		571.339	560.608	Adiantamento para futuro aumento de capital		597	44.597
				Provisão para desmobilização	12	4.883	4.669
				Total do passivo não circulante		313.008	273.757
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		285.254	285.254
				Prejuízos acumulados		(10.340)	(6.663)
				Total do patrimônio líquido		274.914	278.591
Total do ativo		610.604	567.240	Total do passivo e patrimônio líquido		610.604	567.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	2019	2018
Receita líquida de vendas	14	54.789	32.426
Custo das vendas	15	<u>(29.336)</u>	<u>(19.785)</u>
Lucro bruto		25.453	12.641
Despesas gerais e administrativas	16	(3.449)	(4.813)
Outras despesas (receitas)	16	<u>(1.799)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas financeiras, líquidas e impostos		20.205	7.828
Receitas financeiras		1.584	791
Despesas financeiras		<u>(23.236)</u>	<u>(10.340)</u>
Resultado financeiro líquido	17	(21.652)	(9.549)
Resultado antes dos impostos		(1.447)	(1.721)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	<u>(2.230)</u>	<u>(1.270)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(3.677)</u>	<u>(2.991)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Prejuízo do exercício	(3.677)	(2.991)
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(3.677)</u></u>	<u><u>(2.991)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2018	146.320	103.680	(3.672)	246.328
Aumento de capital	138.934	(103.680)		35.254
Prejuízo do exercício	-	-	(2.991)	(2.991)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	285.254	-	(6.663)	278.591
Prejuízo do exercício	-	-	(3.677)	(3.677)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	285.254	-	(10.340)	274.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(1.447)	(1.721)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7	16.204	6.323
Amortização direito de uso de arrendamentos	7	742	-
Despesa financeira com direito de uso de arrendamentos	17	159	-
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados		(551)	(788)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	17	19.457	7.542
Atualização provisão para desmobilização		214	-
Baixa de imobilizado	7	1.855	-
		<u>36.633</u>	<u>11.356</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(223)	(433)
Despesas antecipadas		(873)	150
Impostos a recuperar		(29)	(17)
Outros ativos		15	(9)
Fornecedores a pagar		301	37.361
Obrigações tributárias e trabalhistas		(152)	481
Outras contas a pagar		(9)	483
		<u>35.663</u>	<u>49.372</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	18	(1.614)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(14.564)	(7.540)
Pagamento de juros de debêntures	10	(2.828)	-
		<u>16.657</u>	<u>41.832</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado		(3.224)	(10.737)
Aquisição de imobilizado	7	(543)	(131.045)
Aquisição de intangível		(108)	-
		<u>(3.875)</u>	<u>(141.782)</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Custos de captação a amortizar decorrente de novos empréstimos	10	(4.619)	-
Aumento de capital		-	35.254
Pagamento de arrendamentos	9	(672)	-
Recursos provenientes de novos empréstimos, financiamentos e debêntures	10	79.631	95.078
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	10	(9.455)	(6.050)
Amortização de debêntures - principal	10	(2.314)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(44.000)	(67.202)
		<u>18.571</u>	<u>57.080</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>31.353</u>	<u>(42.870)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		3.414	46.284
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		<u>34.767</u>	<u>3.414</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>31.353</u>	<u>(42.870)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A (“BVS” ou “Companhia”), com sede na cidade de Ibiapina/CE, foi constituída em 7 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente dessas e quaisquer outros direitos relacionados, ligados diretamente às Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7.

As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,2 MW no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de Dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013.

A Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, cada um detém 50% do capital social.

A Gestão de capital da companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional. (Nota 20)

a. Operação comercial

As autorizações para operação comercial foram concedidas de forma gradativa pela ANEEL, conforme os aerogeradores atendiam os padrões regulatórios necessários de geração em teste.

Central Geradora Eólica	Despacho ANEEL	Data de publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	1492	06/07/2018
Bons Ventos Cacimbas 3	1034	09/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 4	1099	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 5	1100	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 7	1565	13/07/2018

b. Autorização - Bons Ventos da Serra 2

A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.

Central Geradora Eólica	Portaria MME	Data de Publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	332	15/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 3	306	08/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 4	299	03/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 5	270	11/06/2014
Bons Ventos Cacimbas 7	291	25/06/2014

c. Capacidade Produtiva

A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 86,1 MW.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Potência Instalada (MW)
Bons Ventos Cacimbas 2	Ubajara	11	23,1
Bons Ventos Cacimbas 3	Ubajara	7	14,7
Bons Ventos Cacimbas 4	Ibiapina	5	10,5
Bons Ventos Cacimbas 5	Ibiapina	10	21
Bons Ventos Cacimbas 7	Ubajara	8	16,8

d. Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 8.259 e prejuízos acumulados de R\$ 6.663. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou capital circulante líquido positivo de R\$ 16.583 e prejuízos acumulados de R\$ 10.340.

Conforme estimativas da Administração, esse capital circulante líquido negativo será normalmente revertido com a geração futura de caixa pela Companhia, decorrente de sua própria atividade, que entrou em operação em meados de 2018, conforme apresentado na Nota 1.a.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o saldo de R\$ 11.739 (Nota 6) em depósitos vinculados, principalmente, a empréstimos e financiamentos, que representam 52% do saldo do passivo circulante.

Adicionalmente, conforme apresentado na Nota 10, no dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures no valor de R\$ 56.500 e vencimento em 30 de Junho de 2033.

1.1 Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)

A Companhia possui 175 (cento e setenta e cinco) contratos de venda de energia em ambiente regulado firmados com as distribuidoras participantes do 18º Leilão de Energia Proveniente de novos empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o edital nº 10/2013. Os mesmos possuem prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MW médio/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2013	Início da operação comercial	Final da operação comercial
Bons Ventos Cacimbas 2	10,1	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 3	6,0	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 4	4,3	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 5	9,7	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 7	6,5	121,58	Mai/2018	Dez/2037

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de janeiro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2013.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2020.

Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondados para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.1** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado;
- **Nota 9** - critérios para definição da taxa de desconto;
- **Nota 12** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e,
- **Nota 14** - reconhecimento de receita: estimativa da expectativa de devolução.

d. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Mudanças nas principais políticas contábeis

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1)/IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	Terrenos
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	29.731
Impactos da taxa de desconto	<u>(4.259)</u>
Ativo de direito de uso	<u>25.472</u>
Passivo de arrendamento	<u>25.472</u>
Prazo médio contratual (anos)	34

Tais contratos serão remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). A seguir são demonstrados os impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente):

Impactos na demonstração do resultado	31/12/2019
Despesas com depreciação e amortização	(742)
Despesas financeiras	<u>(159)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u>(901)</u>

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações contábeis.

3.2 **Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.3 **Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido, conforme detalhado abaixo:

- Lucro presumido - Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

3.4 **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

(iii) **Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) **Provisão para desmobilização**

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo,

sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.5 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado eram avaliados em cada data de balanço para determinar se havia evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor incluía:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; ou,
- dados observáveis, indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(i) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Considerando que a Companhia não possui ágio contabilizado em suas demonstrações financeiras, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Empréstimos, financiamentos e debêntures

As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, estão incluídos no custo do imobilizado em curso até a data em que estejam prontos para o uso pretendido, conforme CPC 20 - Custos de Empréstimos, considerando os seguintes critérios para capitalização: a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização; b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos; c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos qualificados para capitalização.

3.7 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.8 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.10 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Caixas e bancos	-	43
Aplicações financeiras CDB (i)	34.767	3.371
Total	34.767	3.414

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários (CDB) Itaú CORP PLUS e são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos são utilizados na manutenção das atividades da companhia.

5 Contas a receber

	2019	2018
Companhia Energética de Alagoas	62	-
Companhia Estadual de Dist. de Energia Elétrica	24	-
Boa Vista Energia S.A.	460	-
CEB Distribuição S.A.	-	160
Companhia Paulitana de Força e Luz	-	101
CELG Distribuição S.A.	110	58
Companhia Energética do Ceará	-	52
Ampla Energia e Serviços S.A.	-	50
Rio Grande Energia S.A.	-	12
Total	656	433

Refere-se à venda de energia elétrica para os compradores relativa ao faturamento dos parques eólicos.

6 Depósitos vinculados

	2019	2018
Conta centralizadora (a)	2.773	2.407
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	5.290	7.132
Conta reserva de O&M (c)	1.288	1.198
Conta reserva da dívida Debêntures (d)	5.155	-
Conta reserva de pagamento de Debêntures (e)	6	-
	14.512	10.737
Circulante	2.773	2.407
Não circulante	11.739	8.330

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e Debêntures, conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída, exclusivamente, para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (c) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (d) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para Junho 2033
- (e) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda.

As contas são mantidas em contas de aplicação financeira em renda fixa, junto ao fundo Itaú TOP Referenciado FIC.

7 Imobilizado

	2019	2018
Móveis e utensílios	29	25
Equipamentos para processamento dados	28	31
Máquinas e equipamentos - administração	14	-
Torres anemométricas	36	148
Máquinas e equipamentos - parque	577	2.225
Aerogeradores	357.758	368.453
Construções	-	128.881
Acessos, obras e instalações	125.147	-
Subestação, bay e linha de transmissão	46.402	47.765
Sobressalentes	291	-
Custos para desmobilização de ativos	4.423	4.669
Direito de uso - Arrendamentos	24.730	-
Total	559.435	552.197

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2019

Movimentação do ativo imobilizado	Taxa anual média de depreciação a.a.	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2019
Administração						
Máquinas e equipamentos		-	5	-	11	16
Equipamento para processamento dados		-	5	-	40	45
Móveis e utensílios		28	7	-	-	35
Computadores e periféricos		41	-	-	(41)	-
Subtotal administração		69	17	-	10	96
Parque eólico						
Construções		129.724	-	-	(129.724)	-
Acessos, obras e instalações		-	-	(28)	129.724	129.696
Torres anemométricas (***)		634	15	-	-	649
Máquinas e equipamentos		2.227	216	(1.838)	(11)	594
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	-	47.767
Aerogeradores		373.792	-	-	1	373.793
Sobressalentes		-	295	-	-	295
Custos para desmobilização de ativos (*)		4.669	-	-	-	4.669
Direito de uso – arrendamentos (****)		-	25.472	-	-	25.472
Subtotal parque eólico		558.813	25.998	(1.866)	(10)	582.935
Imobilizado em operação		558.882	26.015	(1.866)	-	583.031
Depreciação						
Depreciação da administração	10 a 20%	(12)	(13)	-	-	(25)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(6.672)	(15.922)	11	-	(22.583)
Amortização desmobilização	5,26%	-	(246)	-	-	(246)
Amortização direito de uso arrendamento	2,91%	-	(742)	-	-	(742)
Depreciação acumulada		(6.684)	(16.923)	11	-	(23.596)
Total do imobilizado		552.197	9.092	(1.855)	-	559.435

Movimentação do ativo imobilizado	Taxa anual média de depreciação a.a.	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2018
Custo						
Torres anemométricas (***)		634	-	-	-	634
Máquinas e equipamentos		1	2.226	-	-	2.227
Móveis e utensílios		28	-	-	-	28
Computadores e periféricos		25	16	-	-	41
Aerogeradores		-	43.703	-	330.089	373.792
Construções		-	-	-	129.724	129.724
Inversões fixas		-	15.400	-	(15.400)	-
Subestação, bay e linha de transmissão		-	-	-	47.767	47.767
Adiantamento para fornecedores (**)		264.302	49.461	(475)	(313.288)	-
Imobilizado em andamento		155.497	24.056	(661)	(178.892)	-
Custos para desmobilização de ativos (*)		5.290	-	(621)	-	4.669
		425.777	134.862	(1.757)	-	558.882
Depreciação						
Torres anemométricas	20%	(360)	(126)	-	-	(486)
Aerogeradores	2,86%	-	(5.340)	-	-	(5.340)
Construções	2,86%	-	(843)	-	-	(843)
Máquinas e equipamentos	10%	-	(3)	-	-	(3)
Móveis e utensílios	10%	-	(3)	-	-	(3)
Computadores e periféricos	20%	(1)	(8)	-	-	(9)
		(361)	(6.323)	-	-	(6.684)
Total do imobilizado		425.416	128.556	-	-	552.197

- (*) A Companhia possui obrigações de desmobilização de seus ativos em decorrência de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento dos terrenos onde o complexo eólico desenvolve suas atividades. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados pelo prazo de concessão do parque eólico.
- (**) Os adiantamentos para fornecedores são, substancialmente, para o fornecedor WEG S.A., que é responsável pelo gerenciamento, construção e fornecimento dos aerogeradores.
- (***) Trata-se de torres de medição de vento, as quais entram em funcionamento antes da entrada em operação do parque eólico, ocasionando, dessa forma, uma despesa de depreciação no exercício.
- (****) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamentos de terrenos mantidos pela Companhia, conforme informado nas notas 3.1 e 9. Essa adição não possui efeito de caixa, portanto não afeta a DFC.

Os 41 aerogeradores do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2 são cedidos em garantia ao BNDES em virtude de contrato de financiamento pactuado com a Companhia, conforme informado na Nota 10.

A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

8 Fornecedores a pagar

	2019	2018
Brasiletec Serviços de Segurança Provada	-	22
Tokio Marine Seguradora S/A	452	-
Chubb Seguros Brasil S/A	24	-
GET Comercializadora de Energia LTDA	63	-
Cequip Impostação e Comercio Ltda.	-	919
Chesf - Cia Hidro Elétrica do São Francisco (tust)	-	51
Brasiletec Serviços de Segurança Privada	23	-
CTEEP Cia de Transm. de Energia Elétrica	-	39
Steag Energy Services do Brasil Ltda	59	-
Fornecedores TUST	305	-
Eletronorte Centrais Elétricas Norte (tust)	-	31
Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (tust)	-	16
Furnas Centrais Elétricas S.A. (tust)	-	47
Gerdau Aços Longos S.A.	-	28
Graneiro Transportes Ltda.	-	17
JMC Locações e Limpeza LTDA-ME	16	-
SCB Tecnica Eireli	30	-
Agencia Nacional de Energia Eletrica - ANEEL	33	-
SS Projetos Técnicos e Consultoria Ltda.	31	30
Taes Transm. Aliança Energia Elétrica S.A. (tust)	-	19
Votorantim Cimentos S.A.	-	12
Weg Equipamentos Elétricos S.A.	42.691	42.174
Outros fornecedores a pagar	<u>57</u>	<u>78</u>
	<u>43.784</u>	<u>43.483</u>
Circulante	1.761	1.460
Não circulante (i)	42.023	42.023

Os valores são destinados ao pagamento de fornecedores para operação do complexo eólico Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7) e despesas gerais da Companhia.

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possuía saldo de R\$ 42.023 de fornecedores no passivo não circulante. Este saldo se refere ao equivalente à multa originada por atraso do fornecedor dos aerogeradores na conclusão do complexo eólico Bons Ventos da Serra 2 (cláusula 14.1.1 dos Contratos de Fornecimento de Aerogeradores) que se encontra em fase de negociação com o fornecedor. Essa é a melhor estimativa disponível para o saldo de fornecedores que passa por uma discussão que envolve polo ativo e passivo, devido a Companhia ser o polo ativo do processo, os valores envolvidos são tratados como ativo contingente e por isso não foram registrados.

9 Arrendamentos a pagar

Em 01 de janeiro de 2019, a Companhia identificou quatro contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado ao parque eólico em operação.

Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento, conforme apresentado na nota 3.1.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 7,60% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento. Durante o ano de 2019 a Companhia pagou o montante de R\$ 672 referente a esses contratos.

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Juros	Principal	Líquido
2020	(160)	1.131	971
2021	(160)	902	742
2022	(161)	903	742
2023	(161)	903	742
2024	(161)	903	742
2025 a 2053	<u>(3.297)</u>	<u>24.318</u>	<u>21.021</u>
Total	<u>(4.100)</u>	<u>29.060</u>	<u>24.960</u>

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata do Complexo Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7), no valor total de R\$ 225.540, divididos em 6 (seis) subcréditos (A,B, C, D, E, F) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

A Companhia, durante o exercício de 2018, promoveu aditamento do contrato de financiamento junto a BNDES, e cancelou o subcrédito “D”, reduzindo a linha de crédito total para R\$ 219.570.

Sobre o principal da dívida incidirão juros à taxa de 2,02% + TJLP ao ano. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2019 o total de 20 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

No dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. junto ao Banco ITAU BBA no valor de R\$ 56.500 com taxa de 6,50 % a.a. + IPCA. As debêntures possuem vencimento semestrais, iniciando em dezembro de 2019 até Junho de 2033.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como redução da dívida.

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Indexador	<u>Encargos financeiros</u>		Vencimento	
		Taxa média anual de juros	31/12/2019		31/12/2018
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES) (a)	URTJLP	2,02% a.a.	210.476	196.115	Abril/2034
(-) Custos de captação			<u>(1.272)</u>	<u>(900)</u>	
			209.204	195.215	
Circulante			14.605	12.747	
Não circulante			194.599	182.468	
Debêntures					
Debêntures	IPCA	6,50% a.a.	55.566	-	Junho/2033
(-) Custos de captação			<u>(4.247)</u>	<u>-</u>	
			51.319	-	
Circulante			4.402	-	
Não circulante			46.917	-	
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			<u>260.523</u>	<u>195.215</u>	

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	102.296	-	102.296
Amortização de principal	(6.050)	-	(6.050)
Juros pagos	(7.540)	-	(7.540)
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	95.078	-	95.078
Juros capitalizados	3.889	-	3.889
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>7.542</u>	<u>-</u>	<u>7.542</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	195.215	-	195.215
Ingresso proveniente de novos empréstimos e financiamentos	23.128	56.503	79.631
Amortização de principal	(9.455)	(2.314)	(11.769)
Juros pagos	(14.564)	(2.828)	(17.392)
Custos de captação capitalizados	(437)	(5.413)	(5.850)
Custos de captação reconhecidos no resultado	65	1.166	1.231
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>15.252</u>	<u>4.205</u>	<u>19.457</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	209.204	51.319	260.523

Os montantes classificados no passivo não circulante, por ano de vencimento, têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos
13 a 24 meses	15.793	4.688	12.747
25 a 36 meses	17.076	4.993	12.747
37 a 48 meses	18.465	5.318	12.747
49 a 60 meses	19.966	5.663	12.747
61 a 192 meses	<u>123.299</u>	<u>26.255</u>	<u>131.480</u>
	194.599	46.917	182.468

a. Covenants

O instrumento de concessão de crédito pactuado entre a Companhia e BNDES, determina que a entidade mantenha determinado índice financeiro durante a vigência do contrato:

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,20. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,20, no mínimo. Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas.

A Companhia promoveu a pactuação do aditamento de nº 02 referente ao contrato de financiamento nº 16.2.0730.1 perante o BNDES, alterando o ano da primeira apuração do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”), de 2018 para 2019, em decorrência da prorrogação do prazo de execução e início da operação comercial. Em 31 de dezembro de 2019 a administração da Companhia avaliou que foram cumpridas todas as exigências relacionadas às cláusulas restritivas.

11 Encargos tributários e trabalhistas

	2019	2018
ISS a recolher	6	2
PIS a recolher	33	26
COFINS a recolher	155	119
IRPJ a recolher	321	247
CSLL a recolher	208	143
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	167	105
Outros impostos a recolher	42	22
	<u>932</u>	<u>664</u>

(*) Parte dos impostos de 2019 foi pago mediante compensação de ativos, não havendo portanto impacto na DFC

12 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2019 e 2018, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total de provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 4.883, (31 de dezembro de 2018, R\$ 4.669) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de desmobilização dos ativos para atender aos critérios dos contratos de arrendamentos e das licenças ambientais vigentes pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2.

Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquina para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social da Companhia era de R\$ 285.254 totalmente integralizado e representado por 285.254.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme apresentado na Nota 1, a Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, cada uma com 50% do capital social da Companhia.

b. Aumento e redução de capital

A assembleia geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto Social da Companhia.

Em 03 de julho de 2018, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia deliberou o aumento do capital social, no montante de R\$ 35.254, mediante a emissão de 35.254.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço nominal de R\$ 1 (um real) cada. O capital social que era de R\$ 250.000, passou para R\$ 285.254.

c. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apurou prejuízo, não constituindo, portanto, reservas.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

14 Receita líquida de vendas

	2019	2018
Receita de energia contratada	56.915	33.656
Vendas canceladas	(55)	-
PIS	(369)	(219)
COFINS	(1.702)	(1.011)
	<u>54.789</u>	<u>32.426</u>

15 Custos das vendas por natureza

	2019	2018
Depreciações e amortizações (a)	(16.157)	(6.324)
Amortização direito de uso arrendamentos	(742)	-
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(3.093)	(8.941)
Compra de energia	(3.633)	-
Custos com manutenção	(1.680)	(2.455)
Arrendamentos	-	(463)
Custos com pessoal	(869)	(1.591)
Custos regulatórios	(428)	-
Serviços de terceiros	(1.080)	-
Custos sócio ambientais	(893)	-
Custos com seguros	(392)	-
Custos gerais	(369)	(11)
	(29.336)	(19.795)

- (a) A Companhia entrou em operação comercial em 2018, não tendo portanto os 12 meses de depreciação de seu ativo imobilizado nesse período.

16 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2019	2018
Despesas com manutenção	(96)	(60)
Despesas com pessoal (*)	(1.439)	(4)
Serviços de terceiros (**)	(1.407)	(917)
Despesas com infraestrutura	(54)	(116)
Despesas com viagens	(65)	(91)
Despesas com publicações	(60)	(37)
Despesas tributárias (***)	(97)	(1.871)
Despesas com seguros	(100)	(777)
Depreciação e amortização	(37)	-
Doações (****)	(1.838)	-
Outras despesas gerais	(55)	(940)
	(5.248)	(4.813)
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(3.449)	(4.813)
Outras despesas (receitas)	(1.799)	-
	(5.248)	(4.813)

- (*) Despesa relativa a mão de obra da companhia após término da fase pré-operacional.

- (**) Em 2019, a companhia encontra-se totalmente operacional, e promoveu contratações e relacionadas a operação do complexo.

- (***) Em 2018 houveram gastos com IOF de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 1.775.

- (****) Refere-se a doação de tratores e implementos agrícolas para as prefeituras de Ubajara e Ibiapina decorrente do Projeto Social elaborado pela Companhia e aceito pelo BNDES. Esta exigência consta na Clausula Primeira, Alínea C do contrato de financiamento pactuado entre BNDES e “ BVS 2 “.

17 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2019	2018
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.559	788
Outras receitas financeiras	25	3
Total	1.584	791
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(19.457)	(7.542)
Custos com captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.231)	-
Despesas financeiras com arrendamentos	(159)	-
Fianças bancárias	(2.033)	(1.217)
Juros passivos	(105)	(557)
Multas	-	(440)
Variação monetária	-	(574)
Despesas bancárias	(1)	(8)
Outras despesas financeiras	(250)	(2)
Total	(23.236)	(10.340)
Despesas financeiras, líquidas	(21.652)	(9.549)

18 Imposto de renda e contribuição social - corrente

Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizam o montante de R\$ 2.230 (31 de dezembro de 2018 R\$ 1.270), conforme evidenciado no quadro abaixo:

	IRPJ	CSLL
2019		
Receita operacional bruta	56.852	56.852
Alíquota %	8%	12%
Lucro presumido	4.548	6.822
Receita financeira	1.489	1.489
Base de cálculo	6.037	8.311
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	906	746
Imposto adicional (IRPJ)	578	-
Imposto corrente a recolher	1.484	746
2018		
Receita operacional bruta	33.656	33.656
Alíquota %	8%	12%
Lucro presumido	2.692	4.039
Receita financeira	749	749
Base de cálculo	3.441	4.787
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	517	431
Imposto adicional (IRPJ)	322	-
Imposto corrente a recolher	839	431

19 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2019	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	34.767	-	-
Depósitos vinculados	14.512	-	-	14.512
Contas a receber de clientes	-	656	-	-
Fornecedores	-	-	43.784	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	261.021	261.021
Arredamentos a pagar	-	-	24.960	24.960

Em 31 de dezembro de 2018	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.414	-	-
Depósitos vinculados	10.737	-	-	10.737
Contas a receber de clientes	-	433	-	-
Fornecedores	-	-	43.483	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	195.215	195.215

Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 48, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

- **Valor justo (Nível 2)** - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo *inputs* significativos não observáveis.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e,
- Risco operacional.

Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de Dezembro de 2019 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco é basicamente proveniente de caixa, equivalentes de caixa e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) ***Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações***

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem R\$ 34.767 (Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 3.414) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui o saldo de R\$ 14.512 (Em 31 de dezembro de 2018, R\$ 10.737) em depósitos vinculado a contratos de financiamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

2019	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debentures	16.504	33.008	211.509
Arrendamentos a pagar	971	781	23.208
Fornecedores	1.761	42.023	-
2018	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos e financiamentos	12.747	25.474	156.994
Fornecedores	1.460	42.023	-

A estratégia financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez. Veja comentário adicional na Nota 1 referente ao capital circulante líquido negativo apresentado pela Companhia.

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

20 Gestão do Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, podem ser assim sumariados:

	2019	2018
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	260.523	195.215
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(34.767)	(3.414)
Menos: Depósitos vinculados	<u>(14.512)</u>	<u>(10.737)</u>
Dívida líquida	211.244	181.064
Total do patrimônio líquido	<u>274.914</u>	<u>278.591</u>
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	<u><u>0,77</u></u>	<u><u>0,65</u></u>

21 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil no montante de R\$ 553.798, os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

22 Eventos subsequentes

Roraima Energia

Em 05/03/2020, a Roraima Energia promoveu a quitação de todas as faturas vencidas até 30/01/2020, referentes ao exercício de 2019 que totalizavam R\$ 524. A Roraima encontrava-se inadimplente com suas obrigações financeiras perante ao mercado em virtude de atraso na entrega da linha de transmissão que iria conecta-lá ao SIN (Sistema Interligado Nacional). A ANEEL, mediante a publicação do despacho 2.300, de 20 de Agosto de 2019, estabeleceu cronogramas e medidas voltadas a retomada do equilíbrio financeiro da Roraima, e que refletiu na retomada dos pagamentos a Companhia.

Covid-19

O surto de uma doença contagiosa, o COVID-19, espalhou-se por diversos países. Em 3 de março de 2020, foi declarado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde.

Identificamos que o surto, também se apresentou em regiões relevantes e vinculadas as nossas operações, e a companhia pode vir a apresentar alguma dificuldade operacional em virtude das orientações advindas da O.M.S (Organização Mundial da Saúde) com vistas a quarentena de colaboradores que eventualmente apresentem quadro sintomático e/ou suspeita de contaminação.

A companhia não identificou problemas de abastecimento de peças e insumos para os processos de manutenção neste momento e possui de estoque de peças de reposição.

A BVS detem estoque de peças de reposição suficiente para manutenção e continuidade das operações da companhia.

Consideramos o risco baixo em paralisar as atividades pela falta de peças de reposição para manutenção neste momento, desta forma, não sofreremos qualquer impacto material com relação ao COVID-19 em nossas operações, logística, vendas ou situação financeira.

A empresa seguirá avaliando continuamente os impactos sobre as operações e seus efeitos financeiros.

* * *

Mauro Rocha de Freitas
Diretor Financeiro

Renato Melo Gomes
Diretor Técnico

Antônio Werk Rodrigues Pereira
Contador CRC-CE 016296/0-8